

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 06 de Maio de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges
Secretário Municipal de Governo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014

O Prefeito de Monte Carmelo, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 05 de junho de 2014 às 09h30min, no Setor de Licitações, situado nesta cidade à Praça Getúlio Vargas, n.º 242, perante Equipe para tal designado, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Lote, Ata de Registro de Preços, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, SEGURANÇA E LOCAÇÃO DE ESTRUTURA**. Os interessados poderão procurar a Diretoria de Licitação, de 13:30 às 17:00hs. Para obterem maiores informações ligue (34) 3842-5880. O edital encontra-se a disposição dos interessados. Monte Carmelo, 26 de maio de 2014. Marden Cunha, Pregoeiro.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

IMPRESSÃO: PREFEITURA MUNICIPAL MONTE CARMELO (34)3842-5880



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município

Dia 26 de Maio de 2014
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano VIII

Nº 720



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1175 DE 06 DE MAIO DE 2014.

“Institui o Programa de Regularização Fundiária no Município de Monte Carmelo-MG, e dá outras providências.”

O povo do Município de Monte Carmelo, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os parcelamentos irregulares do solo para fins urbanos, existentes no Município de Monte Carmelo-MG, poderão ser objeto de regularização fundiária sustentável de interesse social ou específico, desde que obedecidos os critérios fixados na Lei e na legislação estadual e federal, no que for pertinente.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I. regularização fundiária sustentável: o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, promovidas pelo Poder Público por razões de interesse social ou de interesse específico, que visem a adequar assentamentos informais preexistentes às conformações legais, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;

II. regularização fundiária de interesse social: a regularização fundiária sustentável de assentamentos informais ocupados, predominantemente, por população de baixa renda, nos casos em que existem direitos reais legalmente constituídos ou, por ação discricionária do Poder Público, quando se tratar de Área Especial de Interesse Social (AEIS);

III. regularização fundiária de interesse específico: a regularização fundiária sustentável de assentamentos informais na qual não se caracteriza o interesse social, constituindo ação discricionária do Poder Público;

IV. parcelamento irregular: aquele decorrente de assentamento informal ou de loteamento, desmembramento, loteamento fechado ou condomínio não aprovado pelo poder público municipal, ou implantado em desacordo com licença municipal, ou não registrado no Cartório de Registro de Imóveis;

V. plano de reurbanização específica: urbanização de assentamentos espontâneos, promovendo novo projeto de ordenamento espacial das habitações, sistema viário, áreas de uso público para fins de lazer, institucional e verde, implantação da infra-estrutura urbana, entre outros, com normas diferenciadas tanto para o local a ser urbanizado, quanto para as áreas que devem atender a demanda excedente.

§ 2º A constatação da existência do assentamento informal ou do parcelamento do solo irregular se fará mediante identificação da área em levantamento aerofotogramétrico ou através de provas documentais que comprovem de forma cabal e irrefutável, a critério da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, que a ocupação estava consolidada na data de publicação desta Lei.

Art. 2º Poderá ser objeto de regularização fundiária sustentável, nos termos desta Lei, inclusive parte de terreno contido em área ou imóvel maior.

Parágrafo único. Para a aprovação de empreendimento de parcelamento do solo futuro na área remanescente, aplicam-se os requisitos urbanísticos e ambientais fixados no Plano Diretor (PD).

Art. 3º Secretaria Municipal de Planejamento Urbano será responsável pela análise e aprovação dos planos de regularização fundiária sustentável e pela emissão da Licença Integrada de Regularização Fundiária (LIRF).

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Seção I

Da Regularização Fundiária de Interesse Social

Art. 4º Os assentamentos informais objeto de regularização fundiária de interesse social promovida pelo Poder Executivo Municipal devem se referir a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Art. 5º Observadas as normas previstas nesta Lei, no PD e demais normas municipais pertinentes, o plano de regularização fundiária em assentamentos existentes pode definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos para as regularizações regidas por esta Seção, incluindo, entre outros pontos:

- I. o tamanho dos lotes urbanos;
- II. o percentual de áreas destinadas a uso público ou a uso comum dos condôminos;
- III. o gabarito das vias públicas;
- IV. as faixas de Área de Preservação Permanente (APP) a serem respeitadas.

Art. 6º Na regularização fundiária de interesse social cabe ao Poder Executivo Municipal, quando empreendedor, ou a seus concessionários ou permissionários, a implantação:

- I. do sistema viário;
- II. da infra-estrutura básica;
- III. dos equipamentos comunitários e áreas verdes, se definidos no plano de reurbanização

§ 1º Considera-se infra-estrutura básica, para efeitos desta Lei, a coleta e a disposição adequada de esgoto sanitário, os equipamentos de abastecimento de água potável, distribuição de energia elétrica, sistema de manejo de águas pluviais e a acessibilidade.

§ 2º Os encargos previstos no caput e no §1º deste artigo podem ser compartilhados com os beneficiários, a critério do Poder Executivo Municipal desde que respeitados os investimentos em infra-estrutura e equipamentos comunitários já realizados pelos moradores e o poder aquisitivo da população a ser beneficiada.

Art. 7º Sem prejuízo das obrigações previstas no artigo 6º, o Poder Executivo Municipal pode exigir do empreendedor contrapartida, na forma dos artigos 28 a 31 da Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto das Cidades).

Seção II

Da regularização fundiária de interesse específico

Art. 8º Os assentamentos informais objeto de regularização fundiária de interesse específico devem observar os requisitos urbanísticos e ambientais fixados no PD, ressalvada a possibilidade de redução, a critério do Poder Executivo Municipal, do percentual de área destinada ao uso público e da área mínima de lotes.

§ 1º Aplica-se às regularizações de que trata o caput, o disposto no artigo 6º desta Lei, cabendo ao Poder Executivo Municipal definir as responsabilidades relativas a essas implantações.

§ 2º Sendo o responsável pela irregularidade identificável, o Poder Executivo Municipal deve exigir dele as importâncias despendidas para regularizar o parcelamento, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias.

§ 3º É permitida diferenciação de metragens nas faixas não edificantes com supressão de vegetação em APP, desde que o plano de regularização fundiária implique em melhoria dos padrões de qualidade ambiental.

CAPÍTULO III
DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS E AMBIENTAIS

Art. 9º A Regularização Fundiária deve atender à ordem urbanística expressa no PD, observar os requisitos urbanísticos e ambientais previstos neste Capítulo e as exigências específicas estabelecidas

Art. 10. Além das diretrizes gerais de política urbana previstas pelo Estatuto das Cidades, a regularização fundiária sustentável deve se pautar pelas seguintes diretrizes:

I. prioridade para a permanência da população na área em que se encontra, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada;
§ 1º Considera-se infraestrutura básica, para efeitos desta Lei, a coleta e a disposição adequada de esgoto sanitário, os equipamentos de abastecimento de água potável, distribuição de energia elétrica, sistema de manejo de águas pluviais e a acessibilidade.
§ 2º Os encargos previstos no caput e no §1º deste artigo podem ser compartilhados com os beneficiários, a critério do Poder Executivo Municipal desde que respeitados os investimentos em infraestrutura e equipamentos comunitários já realizados pelos moradores e o poder aquisitivo da população a ser beneficiada.

Art. 11. Não se admite a regularização fundiária sustentável em locais: I. aterrados com material nocivo à saúde pública;

II. cujas condições geológicas não aconselhem sua ocupação por edificações;
III. alagadiços;
IV. onde a poluição impeça condições de salubridade;
V. sujeitos a inundação;
VI. áreas especiais de interesse ambiental.
Parágrafo único. As restrições previstas nos incisos I a VI deste artigo poderão ser afastadas mediante apresentação de laudo técnico específico, subscrito por profissional habilitado com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo CREA, propondo solução da situação impeditiva, que será submetido a deliberação dos entes colegiados e do Conselho Municipal de Habitação.

Art. 12. O plano de regularização fundiária deve atender aos seguintes requisitos urbanísticos e ambientais: I. estabilidade dos lotes, das vias de circulação, das áreas dos sistemas de lazer e verdes, áreas institucionais e dos terrenos limítrofes;

II – drenagem das águas pluviais;
III – trafegabilidade das vias, com definição da pavimentação adequada e garantia de acesso dos prestadores de serviços públicos de infraestrutura urbana básica e emergencial;
IV- integração do sistema viário com a malha local existente ou projetada, harmonização com a topografia local e garantia de acesso público aos corpos d'água e demais áreas de uso comum do povo;
V – implantação de sistema de abastecimento de água potável em conformidade com as diretrizes vigentes;
VI – implantação de sistema de esgotamento sanitário, disposição e tratamento dos resíduos sólidos em conformidade com as diretrizes vigentes;
VII. recuperação geotécnico-ambiental das áreas degradadas;
VIII. implantação de rede de energia elétrica domiciliar e iluminação pública;
IX. recuo mínimo dos cursos d'água canalizados ou não, de modo a garantir acesso para manutenção e limpeza, em obediência à legislação ambiental;
X. acesso aos lotes por via de circulação de pedestres ou de veículos;
XI. largura mínima das vielas sanitárias para drenagem e proteção das tubulações no subsolo, para instalação de rede de água e esgoto e sua manutenção;
XII. utilização preferencial de recursos urbanísticos que garantam a maior permeabilidade do solo urbano e permitam o plantio de árvores.
§ 1º Os terrenos ou áreas livres localizados nos parcelamentos a serem regularizados devem ser destinados, preferencialmente, para áreas para uso comunitário ou áreas verdes e/ou institucionais de uso público.
§ 2º Na regularização de sua iniciativa, o Poder Executivo Municipal poderá estabelecer, a seu critério, os espaços de uso público, verdes e/ou institucionais, dentro da área do parcelamento ou, alternativamente, no seu entorno, de acordo com a conclusão da análise dominial da área.
§ 3º Na hipótese do §2º, caso não haja espaços disponíveis dentro da área regularizada, o Poder Executivo Municipal poderá promover a desapropriação de imóveis para fins de regularização fundiária ou, alternativamente, poderá gravar outros que já tenham sido desapropriados para implantação de equipamentos públicos, mesmo que estes estejam fora do perímetro do parcelamento a ser regularizado.
§ 4º O Poder Executivo Municipal deverá buscar o ressarcimento das despesas decorrentes da desapropriação junto ao responsável pela implantação do assentamento irregular.
§ 5º Comprovada a impossibilidade de destinação de espaços públicos no percentual previsto na área regularizada, a área faltante poderá ser adquirida pelo parcelador em outro local, para posterior compensação,

através de doação ao Município, observados os seguintes critérios:

a) o imóvel a ser doado deve estar situado dentro dos limites do Município;
b) a dimensão, o valor e as características da área faltante e do imóvel a ser adquirido devem ser equivalentes;

§ 6º A doação referida no parágrafo anterior deve ser submetida à análise da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.
§ 7º A regularização fundiária sustentável pode ser implementada em etapas, hipótese na qual o plano de que trata este artigo deve definir a parcela do assentamento informal a ser regularizada em cada etapa respectiva.

Art. 13. O Poder Executivo Municipal poderá exigir do titular da iniciativa de regularização as garantias previstas pela legislação vigente, visando assegurar a execução das obras e serviços necessários à regularização do parcelamento.

CAPITULO IV DO PROCEDIMENTO

Art. 14. Além do Poder Executivo Municipal, podem elaborar plano de regularização fundiária sustentável: I. o responsável pela implantação do assentamento informal;
II. o setor privado, no âmbito das estratégias definidas pela legislação urbanística municipal;
III. as cooperativas habitacionais, associações de moradores ou outras associações civis.

Art. 15. A regularização fundiária sustentável depende da análise dominial da área regularizada, comprovada por certidão emitida pelo Registro de Imóveis e de plano elaborado pelo titular da iniciativa.
§ 1º Identificado o titular dominial da área irregularmente parcelada ou ocupada, o Poder Executivo Municipal deverá notificá-lo para que proceda a sua regularização.
§ 2º Na omissão do titular do domínio da área e/ou do titular da iniciativa, o plano de regularização e as obras poderão ser executados, supletivamente, pelo Poder Executivo Municipal, com posterior ressarcimento dos gastos via cobrança judicial do parcelador.
§ 3º Esgotadas as diligências para a identificação e localização do parcelador e/ou do titular do domínio da área, o Poder Executivo Municipal poderá intervir no parcelamento do solo para adequá-lo às exigências técnicas previstas nos artigos 10 e 11 desta Lei.

Art. 16. O plano de regularização fundiária deve conter ao menos: I. diagnóstico do parcelamento que contemple, em especial, os seguintes aspectos: localização do parcelamento, o prazo de ocupação da área, natureza das edificações existentes, acessibilidade por via oficial de circulação, situação física e social, adensamento, obras de infra-estrutura, equipamentos públicos urbanos ou comunitários instalados na área e no raio de 1 (um) km de seu perímetro, ocupação das áreas de risco e interferências ambientais que indiquem a irreversibilidade da posse.
II. proposta técnica e urbanística para o parcelamento, que defina, ao menos:

a) as áreas passíveis de consolidação e as parcelas a serem regularizadas ou, quando houver necessidade, remanejadas;
b) as vias de circulação existentes ou projetadas e sua integração com o sistema viário adjacente, bem como as áreas destinadas a uso público, quando possível;
c) a solução para relocação da população, se necessária;
d) as medidas para garantir a sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada, incluindo as formas de compensação, quando for o caso;
e) as condições para garantir a segurança da população em relação a inundações, erosão e deslizamento de encostas;
f) a necessidade de adequação da infra-estrutura básica;
g) a enumeração das obras e serviços previstos;
h) cronograma físico-financeiro de obras e serviços a serem realizados, acompanhado das respectivas planilhas de orçamento.

III. plantas com a indicação:

a) da localização da área regularizada, suas medidas perimetrais, área total, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;
b) das áreas passíveis de consolidação e as parcelas a serem regularizadas ou, quando houver necessidade, remanejadas;
c) das vias de circulação existentes ou projetadas e sua integração com o sistema viário adjacente, bem como as áreas destinadas a uso público, com indicação de sua área, medidas perimetrais e confrontantes;
d) do perímetro, área, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, confrontantes, número e quadra das parcelas a serem regularizadas.

IV. memorial descritivo com a indicação dos elementos considerados relevantes para a implantação do projeto, incluindo, no mínimo:
a) a identificação do imóvel objeto de regularização, com sua localização, medidas perimetrais, área total, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;
b) descrição das parcelas a serem regularizadas, com seu perímetro, área, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, confrontantes, número e quadra;
c) descrição das vias de circulação existentes ou projetadas e das áreas destinadas a uso público, com seu perímetro, área, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes.
§ 1º O plano de regularização de parcelamento deve ser assinado por profissional habilitado, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo CREA, e pelo titular da iniciativa de regularização.
§ 2º Nas hipóteses de regularização fundiária, requeridas nos termos do artigo 14, dessa Lei, o Poder Executivo Municipal poderá elaborar, sem custos aos beneficiários, os documentos referidos no caput deste artigo, segundo critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, que deverá decidir em cada caso solicitado sobre a concessão deste benefício.

Art. 17. O plano de regularização fundiária deve ser protocolado perante o Poder Executivo Municipal e encaminhado para análise da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.
§ 1º Emitido parecer pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Regularização deverá ser encaminhado para análise conjunta dos entes colegiados, nas áreas de política urbana e ambiental, que terão 30 (trinta) dias para emitir seu parecer, prorrogável por mais 15 (quinze) dias.
§ 2º Para fins de controle social o plano será enviado ao Conselho Municipal de Habitação que deverá exarar parecer e devolver a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.
§ 3º O Requerente deverá ser comunicado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias, contados da data do protocolo, das conclusões decorrentes da análise técnica e jurídica do pedido de regularização, devendo atender às exigências formuladas no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável conforme justificativa e a critério da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.
§ 4º Todas as eventuais exigências oriundas da análise do plano de regularização devem ser comunicadas pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano uma única vez ao Requerente.
§ 5º O prazo para interposição de recurso das decisões proferidas pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, na análise dos planos de regularização de que trata esta Lei, é de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da notificação do Requerente.

Art. 18. Concluída a análise técnica e aprovado o plano de regularização, a Secretaria de Planejamento Urbano expedirá a LIRF. Parágrafo único. Fica resguardado à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano exigir garantias para execução das obras.

Art. 19. A regularização de parcelamentos de solo não implica o reconhecimento pelo Poder Público Municipal de quaisquer obrigações assumidas pelo parcelador junto aos adquirentes das unidades imobiliárias.

Art. 20. Expedida a LIRF, o plano de regularização fundiária deverá ser registrado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, junto ao Registro de Imóveis.
§ 1º O Poder Executivo Municipal, a seu critério e na hipótese de o autor do plano não atender às exigências técnicas formuladas ou não registrar o Plano de Regularização Fundiária perante o Registro de Imóveis, poderá providenciar as correções técnicas necessárias e, inclusive, requerer seu registro.
§ 2º Na hipótese prevista no caput o Poder Executivo Municipal poderá implementar o plano de regularização fundiária e cobrar de seu autor e/ou de seus beneficiários os encargos decorrentes, inclusive aqueles relativos aos emolumentos registrários, bem como executar as garantias eventualmente existentes.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Para os fins do que dispõe esta Lei entende-se por entes colegiados na área de política urbana e ambiental, a Procuradoria Geral do Município, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.

Art. 22 Para cobertura das despesas de correntes desta Lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, na contabilidade do Município de Monte Carmelo, no decorrer da execução orçamentária de 2014, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), visando à criação de novas dotações orçamentárias, conforme segue abaixo:

26/05/14

Órgão	02 – Poder Executivo	
Unidade	61 – Secretaria_Municipal de Planejamento Urbano	
Função de Governo	04 – Administração	
Sub-Função	122 - Administração Geral	
Programa	40001 – Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência	
Projeto/Atividades	2.0569 – Gestão das Ações de Planejamento Urbano	
Nat. de Despesa	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 60.000,00
Nat. de Despesa	3.1.90.04.00.00 – Contratação por prazo determinado	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 35.000,00
Nat. de Despesa	3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais - INSS	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 20.000,00
Nat. de Despesa	3.3.90.14.00.00 – Diárias – Pessoal Civil	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 5.000,00
Nat. de Despesa	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 20.000,00
SUBTOTAL		R\$ 140.000,00

Órgão	02 – Poder Executivo	
Unidade	61 – Secretaria_Municipal de Planejamento Urbano	
Função de Governo	04 – Administração	
Sub-Função	122 - Administração Geral	
Programa	40001 – Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência	
Projeto/Atividades	1.0316- Gestão das Ações Orçamentárias e Tributárias	
Nat. de Despesa	4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 10.000,00
SUBTOTAL		R\$ 10.000,00

Órgão	02 – Poder Executivo	
Unidade	61 – Secretaria_Municipal de Planejamento Urbano	
Função de Governo	04 – Administração	
Sub-Função	122 - Administração Geral	
Programa	40001 – Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência	
Projeto/Atividades	2.0570 – Gestão das Ações de Regularização Fundiária	
Nat. de Despesa	3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 10.000,00
Nat. de Despesa	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 25.000,00
Nat. de Despesa	4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 15.000,00

Art. 23 Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente, conforme detalhado abaixo:

Órgão	02 – Município de Monte Carmelo	
Unidade	06 – Secretaria Municipal de Fazenda	
Função de Governo	04 – Administração	
Sub-Função	123 – Administração Financeira	
Programa	4001 – Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência	
Projeto/Atividades	2.0185 – Gestão das Ações da Secretaria da Fazenda	
Nat. de Despesa	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – (Fic. 119)	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 100.000,00
Nat. de Despesa	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Fic. 126)	Fte Recursos: 100 Rec. Ordinários Valor R\$ 100.000,00
TOTAL GERAL		R\$ 200.000,00

Art. 24. Fica incluso no Programa 4001 – Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2014-2017 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta lei conforme determina no art. 3º da Lei n.º 1.136/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Art. 25 Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2014, Lei Municipal nº 1088 de 09 de julho de 2013, os seguintes Projeto/Atividades:

2.0569 – Gestão das Ações da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;